



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SUBSECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E ANÁLISE DE
DIREITOS DE PESSOAL
DIVISÃO DE DIREITOS DOS SERVIDORES
ASSESSORIA DE LEGISLAÇÃO E ANÁLISE DE DIREITOS DE PESSOAL

Referência: OFÍCIO 526/2023 - [PGR-00345447/2023](#)

Interessado: JORGE PINHEIRO VERTULLI

Assunto: Requerimento de ampliação de licença para tratar de assuntos particulares

Senhora Subsecretária,

Trata-se de requerimento formulado pelo servidor JORGE PINHEIRO VERTULLI, Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 2508-9, com lotação original na Procuradoria-Geral da República e lotação provisória na Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU, para concessão de licença para tratar de interesse particular, por prazo indeterminado ou por mais 6 (seis) anos, a partir do dia seguinte ao termo final da licença em curso, qual seja, a partir do dia 08/01/2024.

O requerente encontra-se usufruindo sua segunda licença para tratar de interesses particulares, cada uma de 3 (três) anos, consecutivas. As concessões foram deferidas pela Diretoria Geral da ESMPU, em 06/12/2017, para o período de 08/01/2018 a 08/01/2021, e posteriormente, em 15/12/2020, pelo prazo de 03 (três) anos, a contar de 09/01/2021.

Eis a breve síntese do relatório.

A licença para tratar de interesses particulares é uma licença não remunerada concedida ao servidor estável, observado o interesse da Administração, pelo período de até 03 (três) anos consecutivos, incluindo eventuais prorrogações, podendo ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor, ou por necessidade de serviço.

A Lei 8.112/90 estabelece em seu artigo 91 a licença para tratar de assuntos

particulares, nos seguintes termos:

"Art. 91. A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

Parágrafo único. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço."

No âmbito do Ministério Público da União não há portaria que regulamente a temática. Para reger a referida licença, utiliza-se a Instrução Normativa SGP-SEDGG-ME Nº 34, de 24 de março de 2021, que estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec quanto aos procedimentos a serem observados para a concessão de licenças para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, para atividade política e para tratar de interesses particulares, de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

O assunto é abordado no artigo 12 e seguintes da Instrução Normativa SGP-SEDGG-ME Nº 34, de 24 de março de 2021, *in verbis*:

Art. 12. A concessão de licença para tratar de interesses particulares é ato administrativo de natureza estritamente discricionária, devendo os órgãos e entidades integrantes do Sipec considerar em sua decisão o interesse público, o resguardo da incolumidade da ordem administrativa, a regular continuidade do serviço e o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 13. A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo licenças para tratar de interesses particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor, ou pela administração, por necessidade do serviço.

§ 2º Não será concedida licença para tratar de interesses particulares a servidor que esteja em estágio probatório.

§ 3º As licenças não serão concedidas por prazo total superior a seis anos durante a vida funcional do servidor.

§4º Eventual pedido de prorrogação da licença deverá ser apresentado pelo servidor, com no mínimo dois meses de antecedência do término da licença vigente, observado o limite de três anos para cada licença e o disposto no §3º, ressalvada a situação prevista no §5º.

§5º O Ministro de Estado ao qual se vincula o órgão ou a entidade de origem do servidor poderá, excepcionalmente, autorizar a concessão de licença para tratar de interesses particulares por prazo superior ao que trata o §3º.

(...)

Como observa-se a norma em comento determina que o servidor não poderá fruir de concessão dessa licença por prazo superior a seis anos durante sua vida funcional. Todavia, o artigo 13, §5º estabelece que o Ministro de Estado ao qual se vincula o órgão ou a entidade de origem do servidor poderá, excepcionalmente, autorizar a concessão de licença para tratar de interesses particulares por prazo superior ao que trata o §3º.

Nesse sentido, em entendimento analógico a Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral da República seria a chefia superior com atribuição para efetuar esta análise de acordo com a discricionariedade e respeito ao interesse da administração.

Dessa forma, essa Assessoria compreende pela possibilidade jurídica de concessão da licença, desde que esteja em alinhamento aos interesses e discricionariedade da administração superior, de acordo com a conveniência e oportunidade.

Esse é também o posicionamento jurisprudencial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

"E M E N T A APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES. ATO DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ABANDONO DE CARGO. RECURSO DESPROVIDO. 1. Apelação interposta pelo impetrante contra sentença que, nos termos do artigo 487, I, do CPC, denegou a segurança pleiteada, que visava obter a suspensão do processo administrativo nº 23104.025940/2017-03, instaurado para apurar possível abandono de cargo, bem como de compelir a autoridade impetrada a conceder-lhe licença não remunerada para tratar de assuntos particulares. 2. A concessão da licença para tratar interesses particulares depende do interesse da Administração Pública, consoante se verifica do art. 91 da Lei nº 8.112/90. Cuida-se de um ato discricionário sujeito somente ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração. (...) TRF 3ª REGIÃO. APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 5002898-25.2017.4.03.6000 RELATOR: Gab. 03 - DES. FED. HELIO NOGUEIRA APELANTE: ERNESTO ANTONIO FIGUEIRO FILHO Advogados do(a) APELANTE: LUCIANA VERISSIMO GONCALVES - MS8270-A, NELSON DA COSTA ARAUJO FILHO - MS3512-A APELADO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL OUTROS PARTICIPANTES: APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 5002898-25.2017.4.03.6000 RELATOR: Gab. 03 - DES. FED. HELIO NOGUEIRA APELANTE: ERNESTO ANTONIO FIGUEIRO FILHO"

Ante o exposto, essa assessoria entende pela possibilidade jurídica do pedido do requerente, devendo-se observar a discricionariedade de decisão da Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral da República, de acordo com a conveniência e oportunidade.

À consideração superior.

Assinado digitalmente

Tatiane Silvério Revoredo Guerra
Chefe da Assessoria de Legislação e Análise de
Direitos do Servidor em exercício

Assinado digitalmente

Ana Maria Zanatta Silva
Chefe da Divisão de Direitos dos Servidores

De acordo. Encaminhe-se à Secretaria de Gestão de Pessoas.

Assinado digitalmente

RAQUEL VIDAL COSTA

Subsecretária de Previdência Social e Análise de Direitos de Pessoal

Submetemos os autos à Secretaria-Geral, para manifestação e encaminhamento à autoridade competente.

Assinado digitalmente

ISABELA VIDIGAL BRAGA MENESES

Secretária de Gestão de Pessoas

De acordo com a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas. Encaminhe-se os autos para manifestação da Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral da República, para decisão.

Assinado digitalmente

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO

Procurador da República
Secretário-Geral Adjunto do MPF



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00357401/2023 INFORMAÇÃO nº 10862-2023**

.....
Signatário(a): **ANA MARIA ZANATTA SILVA**

Data e Hora: **03/10/2023 16:09:58**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **TATIANE SILVERIO REVOREDO GUERRA**

Data e Hora: **03/10/2023 16:42:36**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **RAQUEL VIDAL COSTA**

Data e Hora: **03/10/2023 16:43:59**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ISABELA VIDIGAL BRAGA MENESES**

Data e Hora: **04/10/2023 12:31:06**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO**

Data e Hora: **04/10/2023 19:50:14**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave b30b6110.0a43b7d7.29d147a0.7599c856